

Zilhão, J. (2000) - A arte rupestre do vale do Côa: salvaguarda e valorização. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia
[Disponível em file:///D:/gal/parte_c/ponencia03/t_completo.htm, em 15-10-2008]



A conservação da Arte Rupestre >>> Relatórios

A ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA: SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO

João ZILHAO

Instituto Português de Arqueologia

Av. da Índia, 136, P-1300 Lisboa

jzilhao@ipa.min-cultura.pt

Abstract

The Côa rock art covers 17 km of the river valley and extends along the banks of the Douro, downstream of the confluence between the two rivers. With its > 150 different panels with Paleolithic zoomorphic motifs already identified, it is the largest open-air Paleolithic art site currently known. Later prehistoric and historic periods, especially the Iron Age, are also represented. Residential sites dating to the Gravettian, the Solutrean and the Magdalenian periods document settlement of the valley in Upper Paleolithic times. Results of stylistic analysis, whose chronological predictions have been independently confirmed by superposition patterns derived from the figurative stratigraphies observed in the numerous palimpsests known, indicate that all these periods are also represented in the art. The outdoor location of the Paleolithic art, the size of the territory, the number and aesthetic quality of the motifs represented and the almost uninterrupted continuity to the present of the artistic use of the region's rock faces concur to the uniqueness of this complex of sites.

The whole complex would have been submerged under 100 m of water if construction of the large Foz Côa dam, began in 1992, had been allowed to pursue. The dam project was halted in 1995 and a 200 km² archaeological park was established in this area, which is now legally protected at the highest level as a National Monument. Public access to selected sites is organized through four-wheel drive tours of groups of eight people accompanied by guides appropriately trained in archaeology and rock art studies. Visitor Centers were set-up in restored traditional houses located in the villages around the periphery of the park. A museum of art and archaeology and associated research facilities is to be established at the site of the now abandoned dam.

The universal importance of the valley's cultural heritage and the landmark nature of the Portuguese government's decision to preserve it in spite of the huge financial loss involved have been widely acclaimed. As a result, the prehistoric rock art of the Côa was included in the World Heritage List in December 1998, and the Portuguese Minister of Culture was awarded the first Archaeological Heritage Prize established by the European Association of Archaeologists in September 1999.

Resumo

A arte rupestre do Côa estende-se ao longo dos últimos 17 km do vale e também pelas margens do Douro a jusante da confluência entre os dois rios. Trata-se do maior sítio de arte paleolítica ao ar livre actualmente conhecido, estando também representadas a Pré-História recente, a Proto-História (em especial a Idade do Ferro) e as épocas históricas. Mais de uma vintena de sítios de habitat datados do Gravettense, do Solutrense e do Magdalenense documentam a ocupação do vale ao longo do Paleolítico Superior. Os resultados da análise estilística, confirmados pela estratigrafia dos numerosos palimpsestos, indicam que estes períodos estão todos eles representados no ciclo artístico paleolítico.

Este complexo de sítios teria sido submergido sob mais de 100 m de água se a construção da barragem de Foz Côa, começada em 1992, tivesse sido levada até ao fim. O projecto foi abandonado em 1995 de modo a permitir a criação de um Parque Arqueológico com uma área de cerca de 200 km² que enquadra os conjuntos artísticos classificados como monumento nacional. O acesso do público aos sítios é feito através de visitas em grupos pequenos (oito pessoas no máximo) transportadas até aos sítios em veículos todo-o-terreno conduzidos por guias especializados. As visitas partem de Centros de Recepção instalados em construções tradicionais situadas nas aldeias da periferia do Parque. A construção de um museu de arte e arqueologia dotado de instalações de apoio à investigação está actualmente em fase de elaboração do projecto de execução prevendo-se o começo das obras para 2001.

A importância universal do património cultural do vale do Côa e a natureza sem precedentes da decisão do governo português em o preservar apesar dos enormes custos financeiros da decisão têm sido unanimemente reconhecidas. Em consequência, a arte pré-histórica do Côa foi incluída na lista do Património Mundial da UNESCO em Dezembro de 1998, e ao Ministro da Cultura de Portugal foi atribuído em Setembro de 1999 o primeiro *Archaeological Heritage Prize* da *European Association of Archaeologists*.

Introdução

Apresentada ao público e à comunidade científica em Novembro de 1994, a descoberta da arte rupestre paleolítica do vale do Côa data na realidade de 1991, ano em que pela primeira vez foi identificado o painel que viria a ficar conhecido como a Rocha 1 da Canada do Inferno. A data do anúncio público da respectiva existência, estava já em construção, no quadro do plano de aproveitamento hidroeléctrico do rio pela EDP (Electricidade de Portugal), a barragem de Foz Côa. A ter-se concluído a obra, as rochas decoradas estariam hoje submersas a profundidades que na maioria dos casos atingiriam os 100 metros. Porém, após uma longa campanha nacional e internacional, o governo eleito em 1 de Outubro de 1995 optou por abandonar a barragem e apoiar o projecto de criação de um Parque Arqueológico que permitisse conservar *in situ* a arte rupestre do vale do Côa.

Esta decisão pôs termo a um renhido debate político que envolveu o país inteiro e em que se entrecrocaram concepções diferentes, por vezes opostas, de desenvolvimento económico e de preservação do património cultural. A intensidade do debate, sempre muito alta, atingiu os seus pontos mais elevados quando estas questões mais gerais se combinaram com a controvérsia que a certa altura se gerou acerca da cronologia das gravuras atribuídas ao Paleolítico. Esta controvérsia remeteu para questões de grande relevância ética e científica, tais como a fiabilidade dos métodos de datação de base física utilizados em arte rupestre, o modo de relacionamento entre peritos internacionais e uma comunidade científica nacional, a deontologia da intervenção social e política dos investigadores, ou o peso que a opinião científica tem na formação da opinião pública. No entanto, a abordagem deste conjunto de temas apaixonantes transborda largamente o âmbito desta comunicação, que tratará sobretudo das questões relativas à salvaguarda e valorização da arte rupestre do Côa.

O monumento

No Côa e nas vertentes adjacentes da margem esquerda do Douro conhecem-se actualmente, distribuídos ao longo de cerca de 17 km, 22 conjuntos de rochas gravadas. 15 destes conjuntos, correspondendo a um total de rochas gravadas que, até meados de 1997, era de 194, possuem painéis com arte paleolítica. Admitindo que, destas 194 rochas, cerca de 80% conterão motivos paleolíticos, percentagem que é a que se apurou para a Canada do Inferno, pode estimar-se em cerca de 150 o total de painéis de arte paleolítica actualmente conhecidos na zona. Deve ter-se em conta, porém, que só na Ribeira de Piscos e na Penascosa, que foram já objecto de alguma prospekção sistemática visando a detecção das gravuras filiformes (as quais, quando patinadas ou cobertas de líquenes, são muito difíceis de detectar à luz do dia), é que estes números podem ser considerados próximos da realidade. Nesses dois sítios, as prospekções realizadas à noite mais do que duplicaram os inventários.

Na Canada do Inferno, a média de representações paleolíticas de animais figuradas em cada conjunto é, para os já decalcados, de 7 por rocha; na Penascosa, essa média é de 8,5. Aplicando qualquer um destes multiplicadores aos 150 painéis acima referidos, obtém-se um valor superior ao milhar para a quantidade de zoomorfos paleolíticos existente nas rochas já inventariadas. Também este número, porém, é um valor mínimo que a continuação dos trabalhos aumentará em proporção considerável. Tanto mais quanto se tenha em conta que só mais recentemente (trabalhos de 1998-99) é que começou o decalque dos complexos palimpsestos de Quinta da Barca e de Fariseu, onde há painéis que só à sua conta contêm muitas dezenas de figuras cada.

As espécies mais comuns na arte paleolítica do vale do Côa são os auroques, os cavalos, as cabras e os veados (Fig. 1). A não representação dos animais de clima frio que por vezes ocorrem nas grutas da região franco-cantábrica (bisontes, rinocerontes lanígeros, renas ou mamutes) é, no caso do Côa, absolutamente normal, uma vez que esses animais não existiam na região.

Do ponto de vista técnico, a arte paleolítica do Côa recorre ao picotado, à incisão filiforme, ao sulco abradido, e à raspagem, verificando-se por vezes a ocorrência combinada de duas ou mais destas técnicas para a execução de uma mesma figura. No caso da Faia, foi possível identificar restos de pintura a vermelho funcionalmente relacionados com a representação gravada de grandes auroques. É possível, portanto, que, originalmente, as figuras do Côa, que chegaram até nós como simples petróglifos, tenham estado tratadas cromaticamente, pelo menos em parte.

Do ponto de vista estético e estilístico, a arte paleolítica do Côa apresenta com frequência uma característica particular, desconhecida na arte parietal franco-cantábrica: a associação de duas ou três cabeças ao corpo de um mesmo animal, na tentativa de transmitir a ideia de movimento. Por vezes, procurou-se representar o movimento descendente da cabeça, quando o animal se baixa para pastar, para beber ou, como na cena de acasalamento da Rocha 4 da Penascosa, para copular; este tipo de animação ocorre sobretudo com cavalos, mas também se conhecem exemplos em que a técnica foi aplicada a auroques. Noutros casos, procurou-se representar o movimento de torção do pescoço, quando o animal se volta para trás, técnica que se aplicou quase exclusivamente a cabras, embora se conheçam exemplos avulsos de veados e de auroques tratados dessa forma. O recurso a técnicas de animação está bastante bem documentado na Penascosa e na Quinta da Barca, embora também haja bons exemplos na Canada do Inferno, e parece exclusivo das figuras grandes e elaboradas.

Os núcleos artísticos mais importantes (Penascosa/Quinta da Barca e Canada do Inferno) estão situados nos afloramentos que rodeiam as duas melhores praias fluviais do troço xistoso do vale. Parece difícil de evitar, assim, a conclusão de que, apesar de a fase erosiva do final do Plistocénico ou do início do Holocénico ter destruído os vestígios de eventuais acampamentos, se trata, nestes casos, de uma arte relacionada com o habitat. Esta interpretação é confirmada pela descoberta, em Dezembro de 1999, do conjunto enterrado do Fariseu, onde painéis profusamente decorados de estilo paleolítico se encontram cobertos por níveis arqueológicos contendo ocupações do Gravettense e do Proto-Solutrense.

Há também figuras de grande dimensão, como os três auroques com cerca de 2 m que decoram o primeiro afloramento de tamanho apropriado que surge no Côa quando, ao viajar em direcção à foz, passada a confluência com a ribeira de Piscos, se penetra no canhão terminal. Dada a inclinação da vertente, estas figuras não podiam ser vistas de perto, pelo que parece inevitável concluir que se tratará, nestes casos, de marcadores territoriais cujo significado exacto (sinalização de caminhos, delimitação de fronteiras, indicação simbólica dos recursos económicos existentes ou do modo como a sua exploração deveria ser executada, etc.) permanece, pelo menos por enquanto, inacessível.

Inversamente, há figuras de pequena dimensão, geralmente filiformes, dispersas sem ordem aparente pelas encostas, decorando de modo quase indiscriminado os diversos afloramentos nelas existentes. O seu tamanho e posicionamento sugerem uma relação com comportamentos menos públicos do que os testemunhados pelas duas categorias anteriores. Do ponto de vista estilístico, enquanto as grandes figuras picotadas parecem ter sido executadas na sua quase totalidade durante o Gravettense ou o Solutrense, as pequenas figuras filiformes, por vezes preenchidas com gravado estriado, parecem ser quase sempre do

Magdalenense. A ocupação humana do vale ao longo de todo o Paleolítico Superior está documentada de forma independente pela descoberta e escavação de mais de uma vintena de contextos de habitat característicos e bem conservados. A datação TL de quartzos e quartzitos queimados recolhidos em lareiras permitiu confirmar as cronologias entre o Gravettense antigo e o Magdalenense final inicialmente inferidas a partir das características técnicas e tipológicas dos conjuntos líticos.

Estes factos permitem caracterizar a descoberta do Côa como tendo uma importância científica só comparável à da descoberta de Altamira. Trata-se de uma revolução copernicana no entendimento que até hoje prevalecia sobre o significado da mais antiga arte produzida pela Humanidade. Longe de ser a manifestação iconográfica de um comportamento de matriz exclusivamente religiosa, ligado às profundezas da terra e confinado às grutas, da extensão, da quantidade e da qualidade da arte do Côa resulta necessariamente que a arte paleolítica deve ter sido executada predominantemente ao ar livre, abrangendo todo o território utilizado pelos caçadores paleolíticos e marcando as paisagens de outrora com conteúdos simbólicos. Por outro lado, a variação observada quanto às dimensões, à implantação e aos suportes sugere que, à semelhança do que tem sido documentado entre os caçadores-recolectores do presente etnográfico, a arte paleolítica devia igualmente ser portadora de uma multiplicidade de significados distintos. Tal como a arte do presente, a arte do Paleolítico só poderá ser adequadamente compreendida admitindo que se trata da expressão gráfica de ideias cujo fundamento tanto pode ter residido no plano económico como nos planos social, ideológico ou psicológico. O que implica, contra o que tem sido a tendência dominante na história da investigação, abandonar a busca redutora de explicações únicas e universais (arte religiosa, arte totémica, arte pela arte, arte xamanística, etc.) para um fenómeno que certamente foi muito complexo.

Protecção legal

No plano legal, as diversas acções levadas a cabo desde 1996 foram enquadradas por uma série de diplomas entre os quais avultam:

- a Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/96, publicada no Diário da República de 17 de Janeiro, pela qual se formalizava a suspensão da obra;
- a Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/96, publicada no Diário da República de 16 de Abril, pela qual se criava o programa PROCOA, com o objectivo de promover o investimento na região, definindo o turismo cultural em torno do património histórico e arqueológico como aposta estratégica para o desenvolvimento dos municípios limítrofes;
- o Decreto-Lei n.º 117/97, publicado no Diário da República de 14 de Maio, que cria o Instituto Português de Arqueologia (IPA) enquanto direcção-geral do Ministério da Cultura encarregada da gestão do património arqueológico português, e o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) como direcção de serviços do IPA dotada de estrutura administrativa e quadro de pessoal próprios;
- o Decreto-Lei n.º 32/97, publicado no Diário da República de 2 de Julho, que classifica como Monumento Nacional o conjunto dos "Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Côa";
- o Decreto-Lei n.º 50/99, publicado no Diário da República de 16 de Fevereiro, que suspende por um prazo de dois anos, enquanto é elaborado o Plano de Ordenamento, a aplicação dos Planos Directores Municipais na área do PAVC e sujeita esta última às medidas preventivas da Lei dos Solos.

O edifício de protecção jurídica da arte rupestre do Côa ficou completado com a inclusão deste Monumento Nacional na Lista do Património Mundial da UNESCO. A candidatura foi apresentada pelo governo português em 24 de Junho de 1997, e viria a ser favoravelmente acolhida na reunião de Kyoto do respectivo Comité, em 2 de Dezembro de 1998, com base nos seguintes critérios:

Critério i:

The Upper Palaeolithic rock-art of the Côa valley is an outstanding example of the sudden flowering of creative genius at the dawn of human cultural development.

Critério iii:

The Côa valley rock art throws light on the social, economic, and spiritual life of the early ancestor of humankind in a wholly exceptional manner.

Este quadro de instrumentos legais de protecção consagra a irreversibilidade da decisão tomada e garante a preservação do conjunto para efeitos de investigação e de usufruto pelo público. O Plano de Ordenamento actualmente em elaboração virá definir as regras a que a exploração científica e económica deste património obedecerá para não pôr em causa uma conservação duradoura das gravuras, das rochas que lhes servem de suporte, e da paisagem que as enquadra e lhes dá significado (Fig. 2). A aquisição em bloco dos terrenos em que se localizam os sítios arqueológicos e os conjuntos artísticos abrangidos pela classificação como Monumento Nacional está actualmente em fase de negociação com os respectivos proprietários. Pretende-se com essa aquisição dotar o Estado dos meios para assegurar de forma efectiva a aplicação das regras do Plano de Ordenamento na área a proteger, que tem um perímetro de 86,5 km e corresponde a uma superfície de 208 km².

Organização das visitas

A experiência de outras regiões onde se desenvolveu um turismo de arte rupestre e de arqueologia paleolítica, como as de Les Eyzies (Périgord, França) ou Altamira/Santillana del Mar (Cantábria, Espanha), inspirou a definição da estratégia seguida na criação do PAVC. Dessa experiência, resulta que o turismo cultural que nelas se pratica e que se pretende incentivar no vale do Côa:

- só poderá fazer-se de forma racional e sustentada como complemento das actividades económicas tradicionais;
- é um processo de longo prazo que depende em grande medida da iniciativa das próprias populações locais e não de intervenções milagrosas do poder central;
- resulta num tipo de turismo em que o poder de atracção de visitantes reside na própria região como um todo, no que

ela tem para oferecer ao visitante que o leve a querer fazer uma estada prolongada em zona afastada dos grandes centros urbanos, e não num turismo de passagem em busca de consumos efémeros.

Foi com base nestes princípios que se pôs em prática o sistema de gestão de visitas do PAVC (Fig. 3). De entre as duas dezenas de conjuntos de rochas gravadas, três sobressaem pelas suas dimensões, pela qualidade das figuras, e pela espectacularidade do enquadramento paisagístico: de jusante para montante, são eles a Canada do Inferno, a Ribeira de Piscos e o par Penascosa/Quinta da Barca (dois conjuntos situados em face um do outro, na margem direita e na margem esquerda do rio, respectivamente). Foram por essa razão seleccionados para abertura ao público, com excepção da Quinta da Barca, onde a organização de visitas não tem sido autorizada pelo respectivo proprietário.

Dado que a filosofia de preservação subjacente à decisão de criar o Parque Arqueológico é a de manter as gravuras no contexto que lhes dá significado, isto é, a de considerar que **o monumento é o vale**, a intervenção musealizadora foi reduzida ao mínimo indispensável. Não foram levadas a cabo quaisquer obras de vulto nas zonas não afectadas pelas obras da barragem, como é o caso na Penascosa. Neste caso, por exemplo, apenas se recuperou um curral abandonado, com o objectivo de o fazer funcionar como abrigo para os guardas que asseguram a vigilância do local, e foram arranjados os caminhos e percursos utilizados pelos visitantes no interior da área vedada.

Por outro lado, nem todas as horas do dia são boas para a realização da visita (de manhã, por exemplo, as gravuras da Penascosa estão à sombra, o que dificulta a sua leitura), e a compreensão imediata das figuras torna-se difícil devido ao facto de os painéis frequentemente conterem sobreposições numerosas. Estes factos levaram à decisão de só se permitirem visitas conduzidas por guias que conheçam bem os painéis e que tenham a formação suficiente para poder ajudar o visitante a descobrir por si próprio as gravuras e para lhe dar a informação contextual (arqueológica e antropológica) necessária à sua boa leitura, única forma de assegurar uma visita compensadora. Para o efeito, os próprios serviços do PAVC levaram a cabo cursos especiais de formação, com o apoio e reconhecimento oficial do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Estes cursos permitiram formar o corpo de guias do Parque e ainda fornecer pessoal especializado às agências de viagens e empresas regionais de "Turismo de Aventura" que se têm vindo a desenvolver para explorar o potencial económico do património histórico e arqueológico do Douro superior.

Este aspecto é fundamental, porque o facto de se tratar de gravura e não de pintura faz com que as figuras não tenham o impacto visual imediato que têm, só para dar um exemplo, os touros de Lascaux. No caso do Côa, a fruição, tanto do ponto de vista estético como do ponto de vista intelectual, é um processo **mediato**, que resulta de um trabalho de descoberta gradual, em que o visitante, antes de ver, tem de **aprender a ver**. Este facto leva a que, para além de guiadas, as visitas sejam organizadas em grupos pequenos, com um máximo de oito pessoas. A cada membro do grupo de visitantes é emprestada uma pasta contendo fichas em que cada painel é desmontado nas suas componentes, analisado e explicado, de forma gráfica e acessível, de modo a que os visitantes possam seguir, individualmente, por si próprios, as explicações do guia.

O acolhimento aos visitantes é feito em Centros de Recepção localizados na periferia do Parque (Fig. 4): em Castelo Melhor para as visitas à Penascosa e em Muxagata para as visitas à Ribeira de Piscos, funcionando a sede do Parque em Vila Nova de Foz Côa simultaneamente como Centro de Recepção para as visitas à Canada do Inferno. Estes Centros dispõem de todas as infra-estruturas necessárias: balcão de venda de bilhetes e de recordações, fornecimento de refrescos, instalações sanitárias, etc. No seu interior, os visitantes dispõem ainda de informação sobre o vale e a sua arte, seja sob a forma de exposições seja sob a forma de apresentações HTML a correr em computadores pessoais postos à disposição do público.

É a partir daqui que saem as viaturas todo-o-terreno do Parque que transportam os grupos de visitantes, não sendo autorizado o acesso aos sítios de viaturas particulares. No entanto, a pedido, o Parque tem também colaborado na organização de visitas especiais de grupos que se deslocam pelos seus próprios meios quando se trata de excursões a pé, em bicicleta de montanha, ou em canoa. Estas regras têm como objectivo desencorajar o trânsito automóvel e reduzir ao mínimo o impacte poluidor da circulação de grandes quantidade de pessoas por terras remotas e de grande valor paisagístico e natural. É também em função desse objectivo que as estradas de terra batida que conduzem às gravuras foram melhoradas o suficiente para que o acesso das viaturas do PAVC se faça em condições mínimas de segurança e conforto dos passageiros, mas evitando a sua transformação em corredores de penetração indiscriminada no vale.

As distâncias envolvidas, os horários de trabalho dos guias, a lotação das viaturas e a capacidade de carga dos sítios implicaram a imposição de um limite diário de visitantes da ordem das 60 pessoas por sítio, com variações sazonais ditadas pelo aumento do número de horas de luz no Verão. Deste modo, para obviar à frustração que sempre acontece quando um turista individual, ou uma família, pretende realizar uma visita e se depara com o esgotamento do limite diário, montou-se um sistema de reservas antecipadas, obrigatório para as excursões e as visitas escolares.

Em Novembro de 1997 foi inaugurado o Museu de Sítio da Quinta da Ervamoira. Embora de iniciativa e propriedade privada, este Museu está integrado no Parque Arqueológico e é visitável no âmbito de um programa alternativo oferecido pelo PAVC para o circuito da Ribeira de Piscos. Nele se apresenta ao público a arqueologia da estação romana existente na propriedade, bem como a etnografia da região, e se dão a provar e adquirir os seus produtos de alta qualidade, em particular o vinho.

O Museu do Parque está em fase de projecto e prevê-se o início das obras para 2001. Fará parte de um complexo de construções que incluirá também a sede administrativa do PAVC e de um centro de investigação, o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART), outra direcção de serviços do IPA criada para o exercício das respectivas competências neste domínio específico. O local escolhido para a implantação deste complexo é o rasgão aberto na margem esquerda do vale para receber o encosto da barragem abandonada. Esta opção permite realizar em simultâneo a recuperação paisagística da área afectada pelo estaleiro das obras, junto aos sítios da Canada do Inferno e do Rego da Vide. Estes últimos encontram-se parcialmente submersos desde 1983, quando entrou em funcionamento a barragem do Pocinho, já no Douro, alguns km a jusante da foz do Côa. O projecto inclui também, por isso, uma obra hidráulica que permitirá repor a situação original numa extensão de cerca de 1500 metros, re-emergindo completamente os dois sítios, que assim poderão ser visitados como extensão ao ar livre do Museu.

A partir da entrada em funcionamento deste complexo, é para ele que serão canalizadas a grande maioria das visitas, permanecendo em vigor (e sendo até eventualmente reforçadas) as restrições de acesso aos restantes inerentes ao sistema de safari actualmente praticado para a Penascosa e para a Ribeira de Piscos. Existem planos para aumentar a variedade da oferta a

disponibilizar neste sistema, nomeadamente através da organização de circuitos de visita aos conjuntos rupestres de Quinta da Barca e de Vermelha. Estão igualmente a decorrer estudos com vista à criação no Parque de um circuito de arqueologia industrial em que se dará a conhecer ao público a história da exploração mineira do volfrâmio, que foi de grande importância na região durante a II Guerra Mundial.

O Parque e o público

Desde a sua abertura formal ao público, em Agosto de 1996, o PAVC tem funcionado à altura das expectativas, com a sua capacidade praticamente lotada em permanência, o que significa um número anual de visitantes entre 20 000 e 25 000. O sucesso de público e o reconhecimento internacional que significou a classificação como Património Mundial permitiram também sarar as divisões criadas na região e no país aquando da controvérsia de 1995 sobre o destino a dar à barragem entretanto abandonada.

Um inquérito sociológico realizado por uma equipa da Universidade de Lisboa/ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) contém informações de grande interesse acerca do público que frequenta o Parque. Dado que o inquérito foi realizado no Verão (em Julho e Agosto) de 1997, do perfil obtido ficaram naturalmente excluídos os grupos escolares, que constituem uma parcela muito significativa das visitas realizadas nos meses de Outubro a Maio. Dos resultados do inquérito pode mesmo assim concluir-se que o público adulto que visita o Parque durante o período de férias do Verão:

- é constituído em percentagem elevada por pessoas com formação de nível superior; 45% eram detentores de diploma universitário e outros 14% tinham frequentado o ensino superior sem o terem completado; este facto contribui certamente para explicar que cerca de 70% dos inquiridos fosse capaz de identificar correctamente, antes da visita, o período histórico a que pertenciam as gravuras (Paleolítico Superior);
- é constituído em percentagem muito elevada por pessoas com hábitos prévios de visita a monumentos do património histórico ou arqueológico; 73% já anteriormente tinha visitado outros sítios arqueológicos, na maior parte dos casos ruínas romanas, e 56% declararam ter visitado pelo menos 40 outros monumentos ao longo dos últimos três anos;
- considera-se em 98% dos casos "satisfeito" com a visita, e em 64% dos casos mesmo "muito satisfeito".

Um estudo de mercado encomendado pelos promotores de um projecto de Parque Temático sobre arte paleolítica a construir em Vila Nova de Foz Côa deu também informações de grande relevância para a compreensão da atitude da opinião pública em geral para com o Parque Arqueológico. O estudo foi feito em Outubro de 1997, pela empresa Sigma 2, tanto em Portugal como em Espanha, e permitiu concluir que:

- em ambos os países, 50% dos inquiridos declararam ter visitado recentemente ("nos últimos anos") museus históricos ou sítios arqueológicos;
- 97% dos portugueses (e 17% dos espanhóis) sabiam da existência da arte rupestre do Côa; nas escolas secundárias, curiosamente, essas percentagens subiam para 100% em Portugal e para 41% em Espanha;
- 43% dos portugueses manifestavam-se "totalmente de acordo" com a decisão de abandonar a construção da barragem, 46% "parcialmente de acordo", e apenas 11% "totalmente em desacordo";
- em média, numa escala de 1 a 5, os portugueses classificavam a importância da descoberta dos sítios do Côa em 4,03, e os espanhóis em 4,17;
- essa descoberta era motivo de "grande orgulho" para 70% dos portugueses, e de "algum orgulho" para 26%.

Estes últimos valores são especialmente significativos se tivermos em conta as flutuações verificadas na opinião pública ao longo do ano de 1995, enquanto durou a controvérsia relativa à continuação ou abandono da construção da barragem de Foz Côa. Uma sondagem publicada no número de 8 de Junho de 1995 da revista *Visão* dava uma maioria de 55% contra 30% favorável à conservação da arte rupestre e ao conseqüente abandono da obra. Já depois de o novo governo ter decidido nesse sentido, porém, uma sondagem divulgada no programa televisivo *Viva a Liberdade* emitido a 16 de Janeiro de 1996 evidenciava uma inversão significativa das opiniões: 28% eram a favor da medida e 39% contra, tendo a percentagem de indecisos aumentado dos 15% de sete meses antes para 33%.

O arranque do processo que conduziu a esta inversão corresponde ao da divulgação pela EDP, em princípios de Julho de 1995, dos resultados provisórios de estudos por ela encomendados a um conjunto de supostos peritos internacionais em métodos de datação absoluta de gravuras rupestres. Esses resultados foram utilizados pela EDP e por diversos responsáveis governamentais para pôr em causa a antiguidade e valor patrimonial da arte do Côa, por um lado, e, por outro, a competência profissional dos arqueólogos que vinham conduzindo, pelo lado científico, a campanha pela preservação da arte do Côa. Criou-se assim na opinião pública uma situação de grande confusão, que nem o grande relevo dado pelos meios de comunicação social à subseqüente refutação desses estudos, no Congresso Mundial de Arte Rupestre realizado em Turim na primeira semana de Setembro de 1995, conseguiu dissipar.

Relembrar estes dados é necessário para se ter em conta que a decisão tomada pelo novo governo saído das eleições de 1995 não foi nem fácil, pelos custos económicos envolvidos (a indemnização a pagar à EDP pelo cancelamento do projecto tem sido publicamente estimada em cerca de 25 mil milhões de escudos), nem tão popular quanto se poderia supor. O conhecimento deste contexto torna claras a coragem política e a clarividência de que esse novo governo fez provas. Este papel crucial dos decisores políticos na salvaguarda da arte do Côa viria a ser explicitamente reconhecido pela *European Association of Archaeologists* ao galardoar o Ministro da Cultura de Portugal, em 1999, com o seu *Archaeological Heritage Prize*, nesse ano atribuído pela primeira vez. Com efeito, só o empenhamento político do governo neste projecto, traduzido na disponibilização de meios humanos e financeiros invulgares à escala nacional, permitiu à equipa que no terreno se encarregou da organização do Parque Arqueológico montá-lo e pô-lo em funcionamento, com todas as infra-estruturas acima descritas, num prazo inferior a dois anos e com o sucesso revelado pela reconquista de uma larga maioria de opiniões favoráveis entre o público (e não só entre o mais esclarecido ou mais interessado, como revelado pelos resultados do estudo de mercado a que acima se fez referência).

Conclusão

O Parque Arqueológico do Vale do Côa encontra-se actualmente numa fase de consolidação organizativa e prepara-se para dar o

salto quantitativo e qualitativo que representará a entrada em funcionamento, prevista para finais de 2003, do complexo museológico e administrativo a construir na Canada do Inferno. A partir dessa data, a capacidade de carga do Parque aumentará consideravelmente, dos actuais 30 000 visitantes por ano para algo como 200 000 ou 300 000. Uma vez que o complexo está pensado para desempenhar também um papel de Centro Cultural, o seu impacto regional será seguramente considerável também em termos económicos.

O aproveitamento dos fluxos turísticos gerados pelo Parque para a promoção do nível de desenvolvimento das populações dependerá, porém, muito mais da iniciativa local do que dos arqueólogos como investigadores, ou da arqueologia como departamento da administração do Estado. Não deixando de entender e valorizar a importância económica da "indústria da memória", até pelo seu impacto na geração de um mercado de trabalho para os profissionais da área, é necessário deixar claro que o maior ou menor êxito que a esse nível venha a ter o Parque Arqueológico do Vale do Côa não pode ser usado para, no futuro, avaliar retrospectivamente a bondade das decisões tomadas quanto ao abandono da barragem que até Outubro de 1995 esteve em construção junto a Foz Côa. Essa era uma decisão que se impunha tomar por razões civilizacionais, independentemente de quaisquer cálculos de custos/benefícios de racionalidade puramente económica. Honra a quem a tomou.

Ilustrações

Fig. 1 Detalhe da Rocha 3 da Penascosa.

Fig. 2 Vista do vale do Côa na zona da Quinta da Ervamoira.

Fig. 3 O sistema de visitas aos sítios de arte rupestre e a localização das infra-estruturas do Parque, com indicação da data em que foram (ou se prevê venham a ser) inauguradas.

Fig. 4 O Centro de Recepção de Muxagata.



01.- Detalhe da Rocha 3 da Penascosa.

[<< atrás](#)

[<<< inicio texto](#)

[<imprimir>](#)



02.- Vista do vale do Côa na zona Quinta da Ervamoira.

[<< atrás](#)

[<<< inicio texto](#)

[<imprimir>](#)



03.- O sistema de visitas aos sítios de arte rupestre e a localização das infra-estruturas do Parque, com indicação da data em que foram (ou se prevê venham a ser) inauguradas.

[<< atrás](#)

[<<< início texto](#)

[<imprimir>](#)



04.- O centro de recepção de Muxugata.

[<< atrás](#)

[<<< inicio texto](#)

[<imprimir>](#)